

João Gomes Cravinho

Ministro da Defesa Nacional

**Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, aquando da
Cerimónia de Inauguração de Monumento aos Ex-Combatentes de São Pedro do Sul**

São Pedro do Sul, 25 de abril de 2021

As comemorações do 25 de abril, do Dia da Liberdade, apresentam-nos a oportunidade de, a cada ano, regressarmos à força inebriante da Revolução de Abril, reivindicando a sua herança. Uma revolução que pôs fim a décadas de ditadura, e uma revolução que pôs fim a uma guerra injusta, onde tantos jovens combateram, dando os melhores anos da sua juventude, e alguns casos dando também a própria vida.

É a esses jovens que hoje voltamos a prestar homenagem, por terem sido, também eles, vítimas de um regime que os instrumentalizou para se prolongar, através da guerra nos territórios coloniais. Aos combatentes na Guerra Colonial, Portugal deve reconhecer o sacrifício da sua juventude roubada. Mas deve reconhecer também o seu papel, depois,

no fim da ditadura e na construção da democracia e da liberdade que hoje temos no nosso país.

É essa, pois, a homenagem que hoje aqui prestamos a esses homens que souberam combater pelo fim de um país triste, de um país pobre, de um país com medo, para em seu lugar fazer florescer uma primavera de liberdades e progressos, de que as novas gerações são herdeiras. Homenageamos todos, sem exceção.

O Ministério da Defesa Nacional tem inscrito na sua missão o desenvolvimento de políticas viradas para as pessoas da Defesa, políticas naturalmente pensadas para assegurar o presente e o futuro das nossas Forças Armadas e o

cumprimento das suas missões. Mas políticas também cientes do passado, da responsabilidade inalienável em que o país incorre junto de quem o serve e serviu nas suas fileiras.

Essa responsabilidade é assumida face a todos os antigos combatentes, sejam os da Guerra Colonial, sejam os novos antigos combatentes. Aqueles e aquelas que serviram em missões na Bósnia, no Kosovo, em Timor-Leste ou no Afeganistão, desde os anos 90 do século passado, à medida que a nossa participação em missões internacionais se desenvolve. Todos os nossos antigos militares, os da guerra colonial e os de missões internacionais mais recentes, merecem o acompanhamento cuidado deste Ministério,

assim como o merecem as suas famílias que são um pilar essencial da condição militar.

A forma como dignificamos a condição militar reflete-se não apenas nas condições que proporcionamos a quem nos serve no presente, mas também no respeito, no apoio, na valorização, ao longo de toda a sua vida, daqueles e daquelas que escolheram uma vida profissional dedicada às Forças Armadas.

É de salientar o imenso e complexo trabalho que o Governo tem encetado, liderado pela Sra. Secretária de Estado dos Recursos Humanos e Antigos Combatentes, no sentido de fazer adotar o Estatuto do Antigo Combatente e de assegurar

as condições para o pleno usufruto das condições nele previstas.

Ao longo deste mês de abril, temos tido oportunidade de assinalar um conjunto de iniciativas, com o duplo objetivo de prestar homenagem aos Antigos Combatentes e de divulgar as medidas que têm vindo a ser desenvolvidas desde a entrada em vigor do Estatuto do Antigo Combatente, a 1 de setembro de 2020, com vista a permitir o acesso aos direitos nele consagrados.

A 9 de abril, assinalámos o dia do Antigo Combatente – data marcante na história militar portuguesa pois assinala o dia da Batalha de La Lys, onde muitos dos nossos concidadãos,

desgastados por uma guerra prolongada nas trincheiras, perderam a vida ou ficaram incapacitados.

Estas medidas resultam de um árduo trabalho de articulação entre o Ministério da Defesa Nacional e outros ministérios. Desde logo, o Ministério da Saúde, com vista à isenção de taxas moderadoras num conjunto amplo de serviços de saúde.

E o Ministério da Cultura, com quem trabalhámos para assegurar aos antigos combatentes e às suas viúvas ou viúvos entrada gratuita nos museus e monumentos nacionais. Será importante continuar este diálogo, agora com as autarquias, para que também elas possam seguir este caminho nos espaços museológicos sob sua responsabilidade, à

semelhança do que já sucede com os museus e núcleos museológicos da Defesa Nacional.

Estamos atualmente envolvidos num diálogo intenso com os Ministérios das Finanças e das Infraestruturas, com vista ao cumprimento do compromisso relacionado com a gratuidade dos transportes interurbanos.

Pudemos também adotar medidas de natureza económica e social, que resultam no aumento do valor do complemento especial de pensão, e na intervenção junto dos Antigos Combatentes em situação de sem-abrigo de forma articulada entre diversas entidades, através do Plano de Apoio Social aos Antigos Combatentes em Situação de Sem-Abrigo, aprovado

em janeiro deste ano. Contamos com o trabalho de proximidade das associações de combatentes, em particular a Liga dos Combatentes, e com o poder local. E o poder local é aqui tanto mais importante quanto um dos direitos consagrados para os antigos combatentes em situação de sem-abrigo é, precisamente, o direito de preferência na distribuição de habitação social que o Estatuto do Antigo Combatente consagrou.

O Estatuto do Antigo Combatente veio também corrigir uma situação injusta para com os deficientes militares que foram abrangidos pelo regime jurídico dos acidentes em serviço e doenças profissionais no âmbito da Administração Pública,

sendo-lhes agora reconhecido o direito à revisão do respetivo processo e o acesso a uma pensão mais favorável.

Está atualmente em fase de produção o Cartão do Combatente, tendo a Senhora Secretária de Estado visitado na sexta-feira a Casa da Moeda para se inteirar sobre o progresso nesta matéria. Com este cartão, que em breve chegará às mãos dos seus beneficiários, haverá maior facilidade no reconhecimento automático do conjunto de direitos consagrados para os antigos combatentes, que são reconhecidos no Cartão como Titulares do Reconhecimento da Nação.

Minhas senhoras e meus senhores,

A realidade de um país mais solidário e mais empenhado no bem-estar de todas e de todos é uma herança incontornável de Abril. Na Defesa, assumimos esse desígnio de não deixar ninguém para trás e de trabalhar todos os dias para um país melhor. E a nossa primeira obrigação é, naturalmente, a de assegurar que isto se aplica aos jovens que foram enviados, nos anos 60 e 70, para combater nas guerras coloniais.

Viva o 25 de abril! Viva os combatentes portugueses!